EDUCAÇÃO POPULAR, CRÍTICA E LIBERTÁRIA NA IMPRENSA OPERÁRIA: OS PERIÓDICOS A LANTERNA E A PLEBE (1901-1920)

KAUAN WILLIAN DOS SANTOS

Resumo:

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a educação defendida pelos jornais operários A Lanterna e A Plebe, que tinham intensa circulação entre o operariado no período da Primeira República, na cidade de São Paulo (se estendendo a outras regiões). Partindo da referência das "Escolas Modernas", principalmente do educador Francisco Ferrer y Guardia, mas também sob a tradição sindical, libertária e anticlerical, tais jornais construíam e defendiam diversas atividades educacionais como a construção de escolas formais para operários, mas também por meio de espaços e de formações culturais, artísticas, literárias e outras, que se davam desde suas linhas e colunas, mas também por meio de atividades presenciais. Defendemos que essa tradição pode contribuir muito no que entendemos hoje como a vertente educacional que chamamos de popular, crítica ou libertária.

Palavras-chave: Educação Libertária; Educação Popular; Imprensa Operária; Anarquismo

Nas divisões convencionais sobre as filosofias ou "escolas" do pensamento educacional, somos apresentados à(s) pedagogia(s) crítica(s) em relação às reflexões acadêmicas de Henry

Giroux, Ira Shor, Paulo Freire, Antonio Gramsci, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, e outros. Além de levantar a questão do meio social por outras teorias como a construtivista, se avança nas questões de poder, igualdade, liberdade, identidade, autonomia, conhecimento e cultura, e suas relações com a sociedade, classes sociais, política, antropologia e demais questões (VICENTINI, 2015, p.36).

Com o colapso da União Soviética e a hegemonia do neoliberalismo, educadores progressistas tiveram que pensar maneiras educacionais para combater as desigualdades desse sistema econômico e político global, ao mesmo tempo revendo práticas autoritárias que derivavam da burocracia da degeneração soviética, fazendo tal filosofia educacional avançar. No Brasil, tudo isso era somado com o passado da Ditadura Civil-Militar que deixava nas sombras um projeto de educação visando à redenção dos educandos e tinha como projeto social a submissão ao regime (ROMANELLI, 1978).

Para as autoras Marilia Menezes e Maria Santiago (2014) a década de 1970 foi marcada por importantes "movimentos sociais e culturais e por um debate intenso no campo da educação, quando em diferentes países, como Estados Unidos, Inglaterra e outros da Europa, a produção acadêmica discutia as teorias educacionais, colocando em questão a teoria tradicional" e, nesse sentido, inspirados pela psicanálise, pela sociologia e pela teoria social desenvolveram uma "análise de forte cunho sociológico procurando mostrar como as formas de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar favorecem a opressão da classe e grupos subordinados". (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p.47)

Não excluindo o contexto e as formulações imprescíndíveis dos educadores e pensadores dessa corrente de pensamento escolar, defendemos que a gestação de um pensamento crítico e libertário teve um desenvolvimento bem anterior. As formas indígenas e quilombolas de educação e compartilhamento de saberes, diante da opressão colonial, por exemplo, podem ser marcos disso (LEITE; RAMALHO, CARVALHO, 2019). Neste artigo iremos nos deter à organização dos operários na cidade de São Paulo que confrontando ainda educação da Igreja, ainda dominante no século XIX, ou mesmo do Estado patriótico, os trabalhadores se organizavam para construir as chamadas "Escolas Racionalistas", nos espaços dos bairros periféricos. Além disso, eram construídos métodos de comunicação na chamada imprensa operária para não só divulgar tais escolas, mas também como meio de divulgar métodos e conteúdos educativos para trabalhadores de diversas idades, que focaremos a seguir.

Em 1909 foi executado Francisco Ferrer y Guardia na prisão de Montjuïc. Ele foi um dos pedagogos acerca da educação libertária na Espanha. Seus escritos contra uma educação atrelada ao Estado Nacional, tidos como instituições chefes para resguardar as práticas educativas nesse período, incomodaram as classes mais abastadas, que o acusaram de ser um dos instigadores da semana trágica de Barcelona (SILVA, 2013).

As ideias da Escola Moderna e dos ideais chamados de "racionalistas" podem ser localizadas nas discussões da Primeira Internacional dos Trabalhadores. Nesse evento, a partir de 1864, se constituiu a primeira organização internacional de trabalhadores visando uma ação comum dos interesses dos operários (Associação Internacional dos Trabalhadores). Além da constituição das estratégias grevistas e outros métodos políticos e sociais, os militantes inseridos neste organismo realizaram um debate sobre a constituição de uma pedagogia que fosse destinada à classe trabalhadora e realizada também por esta. Foi instituído que "a união entre

trabalho produtivo remunerado, instrução intelectual, exercício físico e treinamento politécnico elevará a classe operária acima das classes superiores e médias" (MANACORDA, 2000, p.297).

Os aderentes dessa concepção escolar defendiam a "Educação Integral", no qual o currículo aplicado seria uma junção dos saberes técnicos, práticos, científicos e filosóficos a partir de métodos ativos e de desenvolvimento da autonomia, ao mesmo tempo refletindo sobre a realidade daquele educando. Eles realizaram tal proposta já que as escolas montadas pelos Estados excludentes do período destinavam os saberes mais refinados para as classes mais abastadas, sobrando os saberes do trabalho para os operários. É necessário lembrar que em diversas regiões, crianças trabalhavam exaustivamente nas fábricas e nos comércios. As leis que regulamentavam tal atividade, veio exatamente por causa das lutas e organizações sindicais que foram se consolidando nesse período. A alienação do trabalho, para os educadores modernos e racionalistas, era quebrada por essa experiência de organização e luta, mas também pela imprescindível organização de uma nova escola. Para Rodrigo Rosa da Silva:

"A Educação Integral, proposta e desenvolvida por diversos teóricos anarquistas, entre eles Bakunin, Robin, Faure e Ferrer - foi a principal orientadora de diversas escolas anarquistas. Sua teoria baseia-se na multiplicidade de formas de aprendizagem, proporcionando aos educandos tanto a apreensão de conceitos e teorias complexas, como a vivência prática e reflexão moral. O ensino e a aprendizagem ocorrem ao mesmo tempo nos campos intelectual e prático-manual, caracterizando-se numa transformação não só metodológica, mas de conteúdos também. A Educação Integral fundamenta-se no princípio científico-racional, e pretende, como finalidade última de suas ações, produzir riqueza para a auto-sustentação da escola e das comunidades que dela dependem" (SILVA, 2022, p.6).

A construção das Escolas Modernas e Racionalistas no Brasil e a imprensa operária como educativa

Para os trabalhadores anarquistas, socialistas, anticlericais e republicanos radicais

envolvidos com as Escolas Modernas e racionalistas, as escolas clericais, responsáveis por criarem uma espécie de dominação a partir de mitos e crenças particulares estando nas mãos de indivíduos detentores desse poder, poderiam resolver o problema do analfabetismo – que chegava a 70% da população em 1920. Diante disso, no Rio de Janeiro, ainda em 1898, houve a tentativa de implementação do Centro de Estudos Sociais pelo militante anarquista José Sarmento Marques, noticiado pelo periódico O Despertar. Já em 1902 o periódico O Amigo do Povo noticiou a criação do Círculo Educativo Libertário – os Amigos do Povo localizado na Rua Brás Cubas, n.º 96, na cidade de Santos (SANTOS, 2022, p.237). As associações mutualistas e de socorro mútuo, desde o período do Império, já traziam espaços educativos e, muitas destas, se transformando em espaços sindicais, aproveitavam para desenvolverem os aspectos da Escola Moderna.

No espaço da Federação Operária Local de Santos (FOLS) eram lidas obras como "El hombre y la terra", de Reclus, editada pela Escola Moderna de Ferrer, a "Grande Revolução" de Kropotkin, e obras de Tolstoi, Bakunin, Maximo Gorki, Sebastião Faure e outros escritos revolucionários. Em 1910, o periódico Aurora Social, órgão da FOLS, noticiava a criação da Liga do Livre Pensamento. Podemos citar também a escola Eliseu Reclus de 1907 em Porto Alegre difundida pelos redatores em torno do periódico A Luta e a Escola Libertária Germinal de 1902 em São Paulo. Em 1912 foi noticiado o Atheneu Operário em 1912 no mesmo local da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em Porto Alegre (SANTOS, 2022, p.237).

Uma dessas principais intentonas mais visíveis foi a criação da Escola Moderna n.º 1 em 1912 na cidade de São Paulo entre os bairros do Belenzinho e Brás, principalmente funcionando na Avenida Celso Garcia nº 262, e tinha os anarquistas João Penteado e Florentino de Carvalho seus principais articuladores e educadores. Tal escola era descendente das atividades do Círculo de Estudos Sociaes Francisco Ferrer na Mooca e da Biblioteca Círcolo di Studi Sociali no Bom Retiro, criados pela fusão de interesses educacionais entre militantes do movimento operário – republicanos, anarquistas, livre-pensadores, sindicalistas e socialistas principalmente Angelo Scala, Francisco Calvo, Benjamin Mota, Neno Vasco e Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e outros agentes que divulgavam tais iniciativas no periódico A Lanterna (CACCAVELLI; SANTOS, 2016).

Esses grupos obtinham tal aliança neste momento pois compartilhavam idéários iluministas que "o atraso intelectual" era um dos efeitos, e por vezes também causas, dos males sociais. Não obstante, para as alas mais críticas ao Estado vigente e à Igreja, como os anarquistas e socialistas, era necessário construir uma autonomia dos trabalhadores para avançar além do projeto do Estado-nacional e da obediência patriótica, e do próprio iluminismo liberal. Citando Piotr Kropotkin, umas de suas referências teóricas do período:

"Em nossa escola atual, formada para criar a aristocracia do saber, e dirigida até o presente por essa aristocracia dirigida clérigos, o desperdício do tempo é colossal, é absurdo. [...] Em toda a parte a história na escola é tempo absolutamente perdido para

aprender nomes, leis incompreensíveis para as crianças, guerras, mentiras... convencionais... e em cada área o desperdício de tempo alcança proporções vergonhosas. E o último termo haverá de se recorrer ao ensino integral; ao ensino que por exercício da mão sobre a madeira, a pedra e os metais fala ao cérebro e o ajuda a desenvolver- se. Dever--se-á chegar à integração do trabalho manual com o trabalho cerebral [...], e então se verá a imensa economia de tempo e de pensamento que se realizará com os jovens." (KROPOTKIN; RECLUS, 2014, p.77-78)

Por essa razão, o espaço educativo transcendia o próprio espaço formal e também era parte de outras atividades dos libertários e socialistas, como era o caso da sua imprensa. O jornalismo estava em ascensão desde o fim do século XVIII, acompanhando a indústria tipográfica, o avanço dos meios de locomoção e potencializado pelas migrações em massa. O gênero da imprensa operária, nascido nesse interim, especialmente as que difundiam ideários revolucionários, diferia muito de outros ramos como a imprensa lucrativa, também comuns naquele período. Apesar de ambas vertentes estarem ligadas aos avanços das tecnologias industriais, o discurso da imprensa operária "constituía verdadeiro contraponto à visão educadora do progresso (do projeto progressista desde o final do século XIX) oferecida pelas revistas de variedade " nascendo, portanto, no "bojo do desenvolvimento industrial, fruto da necessidade de defesa dos interesses dos trabalhadores frente aos padrões de exploração imperantes"(COHEN, 2018, p.120). De acordo com Heloisa Cruz, a cultura letrada e a imprensa, acompanhando a grande difusão de ideias e transformações sociais, "começaria decididamente a avançar para além das elites tradicionais." Para a autora, no contexto da formação da nação brasileira, a imprensa assumiu um papel fundamental, inclusive de articulação e legitimação de projetos políticos e de processos e práticas culturais. A imprensa de bairro ou operária continuou com esses aspectos, mas desta vez, aproximando o "jornalismo do cotidiano da vida urbana" (CRUZ, 2000, p.2000).

Devemos lembrar que numa população não letrada, esses educadores e militantes tinham estratégias para a leitura coletiva dessa imprensa, usando as praças públicas, as associações operárias, os clubes, as escolas operárias e os chamados "mettings" nos salões, realizando leituras e debates dos jornais ou dos livros. Muitos destes redatores também organizavam teatros com peças de teor social, político ou educativo para educar de forma lúdica. Talita Moura Gonçalves Fernandes considera que:

"O teatro operário, ou teatro social, surge dentro das associações de imigrantes e operários, tendo como norte o objetivo de estar a serviço do operariado. Ainda de acordo com Manoel Ribeiro apud Vargas (1980) a arte deve ser "um instrumento de reivindicação social, atiçando a chama da revolta que arde embaixo das camadas proletárias". A imprensa operária fazia severas críticas à arte "predominante" que na época que tinha "um caráter burguês". Esse teatro ignorado pela história e mídia burguesa, tinha identidade e transbordava a ideologia e modelo de vida dos trabalhadores, que se opunham à exploração do homem pelo homem. Portanto, a arte operária tinha como objetivo tratar assuntos pertinentes aos operários, as situações das fábricas, a independência da mulher, a educação de crianças e o matrimônio.

Escrito, dirigido e atuado por operários, o teatro era assistido por toda a família operária" (FERNANDES, 2021, p.16).

Voltando para a imprensa operária, como principal meio divulgador dessas ações e destes espaços, também o podemos ver como o principal método educativo e até organizador dos operários e destes militantes, que também se tornavam jornalistas e redatores. Nesse sentido, para a autora Yara Khoury:

"As lutas dos trabalhadores na primeira metade do século XX tem no jornalismo, para os militantes um forte instrumento: melhor dizendo, fazer jornalismo, para os militantes, significou organizar-se em movimento, que supunha observar e questionar a realidade, noticiar e comentar os acontecimentos e discutir os problemas vividos, articular e difundir propostas, apresentar formas de organização e de encaminhamento de suas lutas." (KHOURY, 2007, p.115).

Educação Popular nos periódicos A Lanterna e A Plebe

O periódico A Lanterna foi fundado por Benjamin Mota, um "livre-pensador" e anticlericalista, advogado e jornalista, que se tornou posteriormente um anarquista. A partir desse instrumento criado em 1901, tal personagem e outros redatores atacavam os principais fundamentos dogmáticos e práticos da Igreja, que consideravam hipócrita e responsável, juntamente com o capitalismo e com o Estado autoritário da Primeira República, pela desigualdade social. Já na primeira publicação do periódico em 7 de março de 1901, A Lanterna apresenta a tiragem de 10 mil exemplares (uma tiragem de um grande jornal do período) e era publicado aos sábados com quatro páginas e seis colunas. É interessante notar que sua primeira fase, de 1901 a 1904, não reunia leitores de diversas vertentes não só políticas mas também religiosas. Suas críticas ao abuso moral e financeiro das autoridades religiosas faziam com que muitos anticlericais em geral, como maçons, espíritas, socialistas e simpatizantes lessem o periódico. O jornal teve seu início na Rua da Quitanda, n.º 2, lançado pelo Órgão Anticlerical de São Paulo, primeiramente de

forma gratuita, passando a aceitar donativos e, mais tarde, subscrições com preços que variaram. A veiculação do jornal transcendia a cidade e era lido em outros estados como no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Ceará e outros. (SANTOS, 2013).

Entre 1909 e 1914, o militante sindicalista e anarquista Edgard Leuenroth passa a publicar A Lanterna continuando as críticas anteriores, mas amplia notícias de pautas operárias transformando a ação direta e a orientação grevista como principal vetor dessa nova fase. Ele era um edificador da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e estava construindo a Confederação Operária Brasileira (COB) que organizava as federações regionais. De um lado, continuando suas críticas, não distanciava os anticlericais em geral da leitura, de outro, aproveitando que A Lanterna tinha bom alcance, ampliava sua propaganda política pela causa operária, esperando educar politicamente seus leitores.

De todo o modo podemos ver como os aspectos educacionais da autonomia e de uma educação popular, mesmo que atravessados por ideais de progresso iluministas, eram colocados por seus redatores. Uma das primeiras táticas de propaganda do periódico era traduzir algumas leituras, teóricos ou experiências libertárias. No ano de 1914, por exemplo, o jornal traduziu "O Comuneiro" do italiano anarquista Charles Malato e colocava a cada número um trecho da obra. Eram também colocados poemas e poesias, a maioria de tom filosófico, político ou contestador. Outra prática bastante comum era listar os livros em determinada biblioteca, seja do próprio A Lanterna, mas também de outros organismos do país ou internacionais. Entre os livros estavam pensadores clássicos da filosofia, socialistas, libertários, anticlericais, poetas, estudiosos do direito e libertadores nacionais e em diversas línguas como portugues, francês, italiano e espanhol. Entre eles podemos citar Benito Pérez Galdós, Máximo Gorki, Errico Malatesta, Piotr Kropotkin, Charles Albert Gobat, Louis Blanc, Jean Grave, Raimundo Reis, José Rizal e outros. Isso era acompanhado pela divulgação dos espaços educativos ou culturais que eram criados por esses operários. Na edição do dia 16 de maio de 1914, o periódico chamava "meninos e meninas à rua Saldanha Marinho, 66, São Paulo (SP)" (A LANTERNA, 16 de maio de 1914, Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp) que estava sendo construída uma Escola Moderna. Essa divulgação ainda falava das visitas dos militantes nas áreas interioranas de São Paulo e de Minas Gerais que tinha tom de organização sindicalista mas também educativo. O jornal ainda usava imagens que representavam a exploração da Igreja, do Estado ou da burguesia de forma didática.

A Lanterna abordava, muitas vezes, a necessidade de autonomia, reflexão crítica, desenvolvimento individual e os problemas sociais da escola naquele período, a integração da comunidade escolar e outros pontos que já adiantava, como estamos defendendo, uma pedagogia libertária crítica. No jornal do dia 30 de agosto de 1913, citando sobre a Escola Moderna N.2, da Rua Muller 74, os redatores defendiam que:

"Conhecimento de tudo que nos rodeia. Conhecimento das ciências e das artes.

Sentimento do belo, do verdadeiro e do real. Desenvolvimento e compreensão sem esforço e por iniciativa própria. [...] Na tarefa da educação tratar-se-há de estabelecer relações entre a familia e a escola [...] (A Lanterna, 30 de agosto de 1913, Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp) .

Em 1917 diversas cidades como São Paulo foram tomadas por uma conjuntura grevista e intensas mobilizações que duraram pelo menos até 1920. Após um hiato desde 1914, Edgard Leuenroth retoma as publicações do período, mas dessa vez intitulado A Plebe. Para não perder seus antigos leitores, ele dizia que este novo projeto era

"uma continuação da A Lanterna, ou melhor dizendo, é a própria A Lanterna que atendendo a excepcionais exigências do momento gravíssimo, como nova feição hoje ressurge para desenvolver a sua luta emancipadora em um esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país" (A Plebe, 9 de junho de 1917, (Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp).

No periódico A Plebe eram continuadas as críticas ao obscurantismo, mas os temas do movimento operário, as articulações e notícias das greves e mobilizações, passaram a ser o tema central do jornal. Mesmo assim, diversas táticas educacionais continuaram como a indicação de literatura e obras filosóficas ou políticas, a divulgação das Escolas Modernas, dos encontros para peças teatrais ou festas seguidas de discussões acerca dos temas sociais, e dos livros listados nas bibliotecas libertárias. Um tema bastante recorrente e que dava consistência a A Plebe, era o apoio à educação e ao autodidatismo. Sob o contexto de repressão após as greves entre 1917 e 1920, o periódico publicava:

Que a escola racionalista é a escola do futuro não resta dúvida. Basta ver o furor com que os governantes clericais e jesuíticos desta terra investiram contra as Escolas Modernas aqui existentes, mandando-as fechar como prejudiciais das altas camarilhas de comerciantes, industriais e governantes jesuíticos, reacionários, ultraconservadores e apoucados de juízo e de previsão social! [....] Eis aí a questão que o ponto está. Os trabalhadores tudo têm de fazer por seu impulso próprio. Nada têm de esperar dos governos, os quais nada farão que concorra para sua queda e para a libertação do operariado (A PLEBE, 28 de fevereiro de 1920, Arquivo Ed-

gard Leuenroth (Unicamp).

Como foi dito, era comum entre os anarquistas acreditarem que uma educação em bases libertárias e crítica para toda a população traria uma atitude revolucionária a estes, já que estes não acreditavam que uma organização iria guiar os trabalhadores para a transformação, mas que estes se educassem visando suas próprias libertações.

Em A Plebe o principal representante dessas questões era João Penteado, um dos principais pedagogos libertários em São Paulo. Nasceu em 1876 em Jaú, interior do estado. De uma família humilde, teve seus conhecimentos obtidos através do autodidatismo. Mais tarde foi selecionado via concurso para lecionar em sua cidade e em outras o ensino de primeira letras. Teve seu contato com as ideias anarquistas quando participou da organização dos protestos contra o fuzilamento na Espanha do pedagogo anarquista Francisco Ferrer, o elaborador da Escola Moderna, tendo sido indicado como orador do Centro Operário daquela cidade. Mudou-se para a capital em 1912 onde se aproximou dos círculos anarquistas, tendo contato com importantes militantes como Leuenroth e Florentino de Carvalho. Com estes, fundou a primeira Escola Moderna em solo brasileiro no bairro paulistano do Belenzinho. Desde sua fundação, a Escola Moderna n° 1 teria Penteado como seu diretor e professor, escolhido em Maio de 1912. A partir daí foi modelo e inspiração para outras escolas racionalistas em São Paulo. Além de pedagogo, também participou de periódicos, e em A Plebe, teve participação exemplar em defesa de sua visão de mundo que buscava a educação racionalista como força motora de transformações sociais (PERES, 2010).

Considerações finais

Projetos sobre uma educação crítica e libertadora foram constantes na história dos oprimidos fazendo essa experiência criar um caldo para a reflexão de pensadores e educadores. Como vimos, os projetos educacionais, sejam formais, com a edificação de escolas operárias (as Escolas Modernas) mas também nos espaços não formais e informais, como analisamos os periódicos operários e libertários faziam parte de um projeto que desejava não só a mobilização dos trabalhadores por seus direitos, mas pela construção de uma visão crítica e de autonomia no qual tais pessoas pudessem edificar seus futuros e a sociedade que acreditavam.

Pensar a educação (dentro e fora dos muros da escola, com um projeto de sociedade) como motor dessa transformação é um dos desafios atuais para todos os educadores de todos os níveis escolares, no ensino formal, particular, público, autônomo ou informal. Devemos lembrar que "como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo" (FREIRE, 2016, p.20).

Referências

CACCAVELLI, Bruno; SANTOS, Kauan Willian dos. "Educação e protesto: no rastro das escolas e grupos racionalistas e sindicais e as reivindicações operárias em São Paulo na segunda década do século XX." Espaço Plural, n.34, pp.520-550, 2016.

COHEN, Ilka. "Diversificação e segmentação dos impressos." In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

CRUZ; Heloisa de Faria. São Paulo em papel e tinha: periodismo e vida urbana -1890-1915. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2000.

FERNANDES, Talita Moura Gonçalves. "O teatro operário anarquista na primeira metade do século XX em São Paulo." In: ITHA - Instituto de Teoria e História Anarquista, p.1-29, 2021.

FREIRE, PAULO. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

KHOURY, Yara. "Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil" In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). A formação das tradições (1889- 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.113-130.

KROPOTKIN, Piotr; RÉCLUS, Élisée. Escritos sobre educação e geografia. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

LEITE, Lúcia H. A; RAMALHO, Bárbara M. & CARVALHO, Paulo L. A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 35. 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000.

MENEZES, Marilia Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. "Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório." Pro-Posições, v. 25, n. 3, p. 45-62, 2014.

PERES, Fernando Antônio. Revisitando a trajetória de João Penteado: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940. Tese de doutorado (Educação). Universidade de São Paulo, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

SANTOS, Kauan Willian dos. "Anticlericalismo e Militância sindical: o periódico anarquista A Lanterna e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901- 1914)." Revista Eletrônica Discente História.com, v. 2,

p. 116-130, 2013.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Educando para a liberdade: Educação Popular e emancipatória entre as escolas racionalistas e sindicais na Primeira República e os escritos de Paulo Freire”. ITEQ - Projetos e Projeções, p.236-241.

SILVA, Rodrigo Rosa da. “A educação anarquista e as Escolas Modernas”. In: III Seminário Internacional de Educação, 2012, p.1-15.

SILVA, Rodrigo Rosa da. Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2013.

VICENTINI, Dayanne. “A pedagogia crítica no Brasil: a perspectiva de Paulo Freire”. In: XVI Semana da Educação: VI Simpósio de Pesquisa e Pós Graduação em Educação, 2015, p.36-47.